

RAYMOND ARON: UM CONSTRUTIVISTA “AVANT LA LETTRE”?

Vítor Ramon-Fernandes

Investigador Doutorado do Observatório Político

Raymond Aron nasceu a 14 de Março de 1905, mas levantou questões que apenas foram objeto de maior atenção após a sua morte em 1983, com o terceiro debate nas Relações Internacionais, que é um debate essencialmente epistemológico. A verdade é que muitas dessas questões se encontram atualmente nas ideias construtivistas e, por essa razão e no meu entender, é possível de argumentar que existe um construtivismo embrionário¹ em Raymond Aron que merece relevo. É também esta ideia que me levou a considerar Raymond Aron, de um modo genérico ou tendencial, um construtivista “*avant la lettre*”.

Foi no final dos anos 80 do século xx que ocorreu verdadeiramente a discussão epistemológica em relação ao consenso positivista e à produção de conhecimento no domínio das Relações Internacionais. Seria de esperar que o segundo “grande debate” na disciplina tivesse estimulado essa discussão epistemológica mas a verdade é que isso tardou a acontecer e só nessa altura é que tal discussão ganhou fôlego. E a verdade é que ainda em 1996, Steve Smith (1996, pp. 11) recordava que desde meados dos anos 50 que a disciplina académica das Relações Internacionais tinha sido dominada pelo positivismo, entendido de uma forma abrangente, como um claro compromisso para o estabelecimento de uma visão unificada da ciência e para a adoção das metodologias utilizadas nas ciências naturais para explicar os fenómenos de natureza social. O seu argumento era que os debates ocorridos no seio da disciplina nunca se centraram verdadeiramente em questões epistemológicas, limitando-se a aceitar de forma implícita, ou com alguma falta de sentido crítico, os pressupostos do positivismo.² E, de certa forma, esse domínio continua ainda a fazer-se sentir, embora de forma mais atenuada, devido à pressão exercida sobre praticamente todas as ciências sociais no sentido de cumprirem critérios de cientificidade. No domínio concreto das Relações Internacionais, a ideia que persiste é a de que não se tem verificado na maior

¹ Devo esta expressão, “construtivismo embrionário”, ao Prof. Doutor Marcos Farias Ferreira, Professor Auxiliar do ISCSP, que foi meu orientador de Doutoramento, realizado na FCSH-UNL, juntamente com o Prof. Doutor António Horta Fernandes, Professor Auxiliar com Agregação da FCSH-UNL.

² Apesar desta posição, Steve Smith reconhece exceções, designadamente os autores ligados à Escola Inglesa, que não podem ser incluídos nesta afirmação pois, na verdade, sempre rejeitaram os pressupostos positivistas no estudo das Relações Internacionais.



parte das universidades uma alteração significativa que tome em consideração as tendências pós-positivistas que surgiram nos últimos anos.

Na base desta tradição orientada para o “científico” está toda a retórica associada ao pensamento que surge com o Iluminismo, fortemente influenciado por Kant, quando procede a uma tentativa de síntese entre o racionalismo continental de Descartes e a tradição de carácter indutivo associado ao empirismo inglês de David Hume, John Locke e George Berkeley. É por essa via que se prossegue o caminho para a modernidade, através de conceitos como “razão”, “verdade”, “universalidade” e “progresso”, palavras cujos sentidos não eram questionados. Em boa verdade, as ideias relacionadas com o que se pode chamar “projeto iluminista” mantêm-se ainda hoje como o quadro de referência relativamente à produção de conhecimento nas várias ciências, incluindo as ciências sociais. A procura do científico, e o modo de verificação do que o distingue e torna distintivo do que não é científico, assenta nas premissas iluministas. A essência deste tipo de pensamento, que caracterizarei de uma forma genérica como positivista, no sentido que lhe é atribuído por Steve Smith (1996), e também por Raymond Aron (1986 [1938]), parte de pressupostos que são externos ao debate e à análise, assumindo uma clara e óbvia separação e independência entre sujeito e objeto. Esta separação pressupõe que nem o sujeito nem o objeto sofram alterações relativamente à sua existência e às suas características decorrentes do processo de estudo. O sujeito está ancorado em fundamentos racionais que lhe garantem a formulação de verdades objetivas e universais sobre essa mesma realidade.

Neste contexto, a contestação que se iniciou relativamente às teorias positivistas com a introdução de alguns conceitos e métodos da filosofia e teoria social, designadamente através de Jürgen Habermas e da Escola de Frankfurt, de Michel Foucault e de Anthony Giddens, procurava obter uma visão mais ampla dos fenómenos sociais. O que se pretendia, pondo em causa os pressupostos e as teorias dominantes, era alterar de modo significativo o pensamento em relação ao estudo do social, destacando a dimensão ética e de carácter mais normativo relativa à ação humana, em que a racionalidade técnica e instrumental não deve impedir a emancipação da razão. Isto é, as “verdades” associadas ao projeto iluminista espelham, no fundo, afirmações de poder que refletem estruturas de domínio, e que são apresentadas como naturais e óbvias devido ao carácter científico que as funda. Por conseguinte, contesta-se claramente a epistemologia positivista, e critica-se a noção de que a realidade é universal e objetiva, tal como ocorre nas ciências da natureza.

Ao colocar-se em causa a ideia de que a realidade é universal, estável, e passível de ser conhecida de forma objetiva, abriram-se também novas



perspetivas no domínio do pensamento. Se a razão não tem um fundamento universal no qual se baseia a produção de conhecimento, então não é possível aceitar que o sujeito possa apreender as características fundamentais que definem o objeto estudado como algo que lhe é externo e independente. Não existindo essa separação, as afirmações formuladas deixam de ser universais e objetivas, passando a ser parte do processo e contingentes à relação existente entre sujeito e objeto.

A importância desta contestação ao nível epistemológico, mas também ontológico, tem um alcance significativo, que não pode ser subestimado. Em si mesmo encerra uma alteração sobre a forma de proceder e conceber a produção de conhecimento e de percepção da realidade em estudo. A produção de conhecimento fica, assim, dependente da interpretação, da relação existente entre sujeito e objeto, o que gera incertezas na própria produção de conhecimento, o qual deixa de ser encarado como uma representação da realidade baseada e fundamentada por um discurso científico.

Neste contexto, considero que vale também a pena lembrar a posição de John Vasquez (1995, p. 219), quando referiu que a epistemologia positivista contém uma arbitrariedade que foi seriamente posta em causa neste debate. No âmbito do espírito das “Luzes” a que a modernidade está associada, essa arbitrariedade manifesta-se na noção de que existe um caminho no sentido do progresso, da melhoria da humanidade e da otimização, que pressupõe uma forma mais adequada de proceder e lhe dá um sentido quase teleológico. Mas para além disso, verifica-se uma segunda divergência associada à noção de que esse progresso conduz a algo superior, sendo este processo frequentemente relacionado com a ciência e a tecnologia.

O artigo de Yosef Lapid (1989), que é frequentemente associado ao chamado “terceiro debate” nas Relações Internacionais, deverá ser tido em conta quando pretendemos enquadrar o pensamento de Raymond Aron face a estes desenvolvimentos teóricos, pois analisa de um ponto de vista ontológico, epistemológico e axiológico toda a base relativa ao conhecimento pós-positivista, sistematizando matérias que se encontram assaz dispersas, e fazendo o cruzamento entre um conjunto alargado de correntes de pensamento bastante heterogéneas. O artigo de Lapid apresenta ainda a vantagem de destacar os pontos que me parecem mais importantes relativamente ao pensamento de Raymond Aron sobre esta matéria, e que pretendo aqui realçar.



Estas análises metateóricas e epistemológicas geram com frequência controvérsias relativamente ao pensamento dominante. Por um lado, coloca-se a questão da existência de perspectivas díspares, e que nem sempre apresentam coerência entre si, o que para alguns autores pode constituir um fator de desconforto intelectual. Por outro lado, a riqueza de pontos de vista, muitas vezes concorrentes entre si, obriga a um questionamento das verdades tidas como únicas e absolutas. No caso deste terceiro debate, tratou-se de marcar uma clara separação em relação ao positivismo, algo que, manifestamente, o segundo debate, de natureza metodológica, não conseguiu.

O primeiro tema que Lapid destaca quanto ao pós-positivismo é a questão de o processo de aquisição de conhecimento estar associado a uma construção “metacientífica”, cuja validade não é nem eterna, nem absoluta, e que é influenciada pelo sistema de interpretação do próprio agente durante o seu trabalho de análise e de investigação. Nas palavras de Lapid (1989, p. 240), “O paradigmático sustenta que as construções metacientíficas vêm e vão em conjuntos completos”.³ Sendo estes conjuntos que devem servir de unidade para o desenvolvimento e avaliação da ciência, devemos reconhecer a existência de paradigmas que competem entre si, e que não se podem dissociar de um sistema de interpretação teórica, sendo estes, por conseguinte, a unidade de conhecimento que deve ser analisada e avaliada.

O que está em causa é a elaboração de teorias assumindo determinados pressupostos e hipóteses de base que concorrem entre si, e que tentam ganhar supremacia e estatuto científico que lhes permita dominar os restantes, tendo como uma das suas características a impossibilidade de os aceitar ou refutar com base na observação empírica.

A segunda temática analisada por Lapid diz respeito ao perspectivismo no processo de aquisição de conhecimento, referindo que qualquer análise parte sempre de um conjunto de pressupostos e de hipóteses. O conhecimento não é algo que exista à partida e esteja à espera de ser descoberto, mas uma construção feita pelo analista através de elaborações teóricas que partem de determinados pressupostos. Dessa forma, cada analista tem as suas premissas e hipóteses, que devem ser debatidas, defendidas e confrontadas com a evidência empírica, e que são fundamentais para uma construção teórica sólida. Contudo, para Lapid (1989, p. 242), “salientar hipóteses como uma

³ No original, “Paradigmatism thus asserts that meta-scientific constructs come and go in complete packages”.



fonte importante da nossa ignorância científica é, no entanto, diferente de defender que elas servem sempre para distorcer a investigação teórica”.⁴

No fundo, o que Lapid pretende sublinhar é que existe o risco de o analista ficar aprisionado nos seus pressupostos e hipóteses, a ponto de apenas se concentrar em evidência empírica que corrobore a sua construção teórica, ou de ignorar toda aquela que não o faça. Para evitar esse tipo de situação, é necessária a existência desses pressupostos, mas com uma ligação à evidência empírica, de forma a evitar que aqueles se transformem em barreiras à aquisição de conhecimento. Esta visão perspectivista, que argumenta que a verdade não é única nem universal, mas sim o resultado de uma perspectiva a partir do qual é formulada a análise, subverte o estatuto de verdade e coloca em causa, inclusive, a própria legitimidade da ciência, no sentido de ser um conhecimento superior aos outros. Nas palavras de Lapid (1989, p. 243),

Ao minar a objetividade e a verdade, esta relativização do pensamento filosófico veio complicar substancialmente a tarefa de atribuir uma legitimidade efetiva ao conhecimento e tornou problemática a demarcação entre a ciência e a não-ciência.⁵

Como refere Lapid no terceiro tema que analisa no âmbito da discussão sobre o pós-positivismo, trata-se de reconhecer que existe um movimento que tende para o relativismo, e que no fundo não está em nada desligado dos temas mencionados anteriormente. Naturalmente, as implicações que decorreram destas alterações de natureza ontológica e epistemológica, associadas a um pluralismo metodológico, dão lugar a um certo relativismo, algo que pode mesmo colocar em causa a própria noção de conhecimento e que retira algum fascínio a uma ciência mais consensual e mais objetiva. Essa é, aliás, uma das críticas ao pensamento pós-positivista.

Dado que o terceiro debate nas Relações Internacionais surge essencialmente devido a uma contestação ao pensamento positivista, e a alguma desilusão com os resultados gerados por essa corrente, é meu argumento que o pensamento de Raymond Aron estabelece um diálogo evidente com esta discussão, embora a preceda em várias décadas. Raymond Aron foi, durante toda a sua vida, um crítico do positivismo e das metodologias associadas a esta corrente de

⁴ No original, “Highlighting assumptions as an important source of our scientific ignorance is different, however, from submitting that they always serve to distort theoretical inquiry”.

⁵ No original, “By undermining objectivity and truth, this relativization of philosophical thinking has greatly complicated the task of providing effective legitimation of knowledge and has rendered problematic the demarcation of science from non-science”.



pensamento. Os trabalhos que produziu no início dos anos 30 do século xx, e que influenciaram toda a sua obra, inserem-se no quadro das temáticas que são referidas por Lapid. A propósito do paradigmatismo e do perspetivismo, pode argumentar-se que Raymond Aron antecipa, de alguma forma, estas duas questões quando argumenta que o conhecimento está associado a um sistema de interpretação em que o historiador se torna sujeito e objeto da análise que elabora. O processo de aquisição de conhecimento parte de hipóteses do analista, no caso concreto o historiador, que tem as suas convicções e pressupostos, que vão sendo confrontados com a evidência empírica. Este exercício é também evidenciado pelo movimento de “vai e vem” entre o singular e a totalidade, de que fala tantas vezes Raymond Aron (Aron, 1986 [1938]).

Esta questão relaciona-se com a interligação entre a teoria e a evidência empírica, designadamente na rejeição da existência de um conhecimento exterior ao observador e pronto a ser descoberto. É por essa razão, também, que Raymond Aron rejeita as generalizações causais relativamente a um conjunto de fenómenos, em particular no domínio das ciências sociais. No domínio das Relações Internacionais, tal não é possível, nem adequado, devido ao carácter eminentemente histórico da disciplina. Quaisquer relações causais que se estabeleçam têm de ser analisadas à luz das limitações que os domínios da análise da história e da sociologia impõem. Por essa razão, tal como ocorre com os pós-positivistas, existe alguma ambiguidade no trabalho de Raymond Aron. E também por essa razão, Raymond Aron entende não ser possível extrair conclusões definitivas, e muito menos prescrever soluções políticas, à maneira dos “conselheiros do príncipe”. Essa é, aliás, uma das críticas frequentemente apontadas a Raymond Aron, e que porventura também ajuda a explicar a razão pela qual o seu trabalho foi, de certa forma, negligenciado no campo das Relações Internacionais.

O relativismo que acima referi, e que resulta essencialmente do pluralismo metodológico, por um lado, e do paradigmatismo e perspetivismo, por outro, encontra-se já também no pensamento de Raymond Aron. Este relativismo, que se ficava a dever à ausência de critérios únicos no processo de investigação, à própria natureza dos fenómenos em estudo nas ciências sociais, e à impossibilidade de escapar às premissas e valores de cada investigador, podia, segundo Raymond Aron, ser limitado. Essa posição destaca-se de outras que assumem um relativismo mais acentuado, e que negam toda e qualquer pretensão de objetividade. Nesta questão, considero fundamental dissociar o relativismo que se encontra no pensamento de Raymond Aron do relativismo de algumas correntes pós-positivistas, cujos pressupostos epistemológicos são significativamente mais extremistas.



Tendo por base o acima referido, parece-me inegável que existem vários pontos de convergência entre o pensamento de Raymond Aron e o pensamento de tipo pós-positivista. Isto, considerando o pós-positivismo no seu sentido genérico, e apenas os pontos comuns entre as várias correntes que se podem identificar como pós-positivistas, até porque o conceito não é homogéneo e engloba um conjunto variado de tipologias de pensamento que diferem bastante entre si. Manifestamente, Raymond Aron rejeita o positivismo e aceita o pluralismo metodológico, mas considera que não existe um único método que permita determinar se uma teoria é verdadeira ou falsa. Aceita, pois, algum grau de relativismo, o qual considera ser inerente aos fenómenos em estudo. Mas o pluralismo em Raymond Aron tem a intenção de permitir aperfeiçoar o conhecimento, e não de aceitar como igualmente válidas todas as metodologias ou teorias. Do mesmo modo, embora aceite algum relativismo, a verdade é que Raymond Aron não convive bem com esse relativismo, pois a sua preocupação com as questões epistemológicas extravasa a dos pós-positivistas. Mais ainda, há que ter o cuidado de notar que embora Raymond Aron seja um não-positivista tal não significa que, por esse motivo, seja um pós-positivista. Nos nossos dias, é necessário distinguir entre os vários pós-positivismos e, na realidade, existe normalmente no pós-positivismo uma agenda política de intervenção com pressupostos com os quais Raymond Aron certamente estaria em desacordo.⁶

Mas sendo Raymond Aron um epistemólogo, considero que a melhor caracterização do seu pensamento se encontra no artigo de Steve Smith (1996) atrás mencionado. Steve Smith (1996, p. 25) defende que existem cinco alternativas epistemológicas na filosofia do conhecimento num contexto pós-positivista: o realismo científico, a hermenêutica, a Teoria Crítica⁷, a teoria feminista, e a teoria pós-modernista. A hermenêutica desenvolveu-se com os trabalhos de Dilthey, Husserl, Weber, Heidegger, Wittgenstein e Gadamer. Como salienta Steve Smith (1996, p. 25), desenvolveu-se numa base antinaturalista, e rejeitando a ideia de que é possível observar e compreender o mundo através de uma lógica empirista, tal como ocorre com o positivismo. Mais significativo ainda, a hermenêutica considera que cada um de nós é dotado *a priori* de conhecimento tácito, conhecimento esse que é anterior à interpretação de factos, acontecimentos e outra informação que seja adquirida. O indivíduo estaria, assim, envolvido num círculo hermenêutico, que apenas permite compreender o mundo através do envolvimento nessa teia de eventos, acontecimentos e factos. Assim sendo, tendo por base estas considerações de

⁶ Devo esta ideia ao Prof. Doutor José Manuel Pureza, Prof. Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com quem tive a oportunidade de debater sobre este assunto.

⁷ As maiúsculas são justificadas por Steve Smith por se referir especificamente à Escola de Frankfurt e assim se distinguir de outras noções de teoria crítica.



Smith, assim como os trabalhos de Aron, dos quais saliento as suas reflexões dos anos 30 sobre a filosofia da história (Aron, 1986 [1938]), podemos porventura ver em Raymond Aron um construtivista “*avant la lettre*”.

De facto, no meu entender, verifica-se alguma convergência, em particular, em relação ao construtivismo de Alexander Wendt (1992, 1999) no que concerne a possibilidade de aquisição de conhecimento objetivo, que é uma preocupação de natureza epistemológica, mas, simultaneamente, uma dimensão de intersubjetividade, relativa à aceitação da importância das ideias partilhadas, das normas, numa dimensão ontológica que oscila entre objetivismo e subjetivismo, e que contém também uma dimensão normativa, tal como ocorre com Raymond Aron. Nesse contexto, podemos considerar que a noção de anarquia em Wendt (1992), no que concerne as Relações Internacionais, apresenta algumas semelhanças com a de Aron, na medida em que ela é vista como resultando do entendimento e da compreensão que os Estados fazem da mesma. De igual modo, as culturas de anarquia apresentadas por Wendt (1999), designadamente, a Hobbesiana, a Lockeana e a Kantiana, são compatíveis com os sistemas internacionais homogéneos ou heterogéneos de Aron.

BIBLIOGRAFIA

Aron, R., 1986 [1938]. *Introduction à la philosophie de l'histoire: Essai sur les limites de l'objectivité de l'histoire*. Paris: Éditions Gallimard.

Lapid, Y., 1989. The third debate: On the prospects of international theory in a post-positivist era. *International Studies Quarterly*, 33 (3), pp. 235-254.

Smith, S., 1996. Positivism and beyond. In S. Smith, K. Booth & M. Zalewski, eds. 1996. *International Theory: Positivism & Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 11-44.

Vasquez, J., 1995. The post-positivist debate. In K. Booth e S. Smith, eds. 1995. *International Relations Today*, Cambridge: Polity Press, pp. 217-240.

Wendt, A., 1992. Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. *International Organization*, 46 (2), pp. 391-425.

Wendt, A., 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Telf. (00351) 21 820 88 75
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

RAMON-FERNANDES, Vítor «Raymond Aron: um construtivista “avant la lettre”?», *Working Paper #42*, Observatório Político, publicado em 31/03/2014, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.